



VÍNCULOS, GRUPOS E REDES EM PROL DA VIDA OU NA PACTUAÇÃO RACISTA PARA A PRODUÇÃO DE MORTE

Eliane Silvia Costa¹

Resumo: Este artigo tem como lastro escritos de René Kaës e Pierre Benghozi, teóricos da psicanálise dos vínculos. Ele tem como objetivo pensar o racismo em dois aspectos: considerar operações subjetivas, inter e transubjetivas relacionadas a como, por vezes, pessoas negras se defendem psicossocialmente de efeitos do racismo e versar sobre a temática da branquitude, das redes intersubjetivas criadas para o privilégio branco e para o constrangimento, a humilhação ou a destruição da pessoa negra. O racismo é abordado como sendo um metaenquadre fruto de alianças inconscientes ou conscientes e, como tal, só é estrutural porque é parte da constituição subjetiva-identitária das pessoas e vice-versa. O artigo procura considerar o que põe em continuidade ou em conflito o sujeito e a estrutura. Nessa direção, a luta contra o racismo é estrutural e identitária, é pela democracia e pelo direito de se ter vida psíquica livre dos efeitos traumáticos da dominação.

Palavras-chave: dominação, racismo, branquitude, alianças inconscientes, vínculos.

BONDS, GROUPS AND NETWORKS IN FAVOR OF LIFE OR IN THE RACIST AGREEMENT FOR THE PRODUCTION OF DEATH

Abstract: This article is based on the writings of René Kaës and Pierre Benghozi, authors of the psychoanalytic theory of the bond. It aims to think about racism in two aspects: to consider subjective, inter and transubjective operations related to how sometimes black people defend themselves psychosocially from the effects of racism and to approach the theme of whiteness, of the intersubjective networks created for white privilege and for the embarrassment, humiliation or destruction of the black person. Racism is approached as meta-frame resulting from unconscious or conscious alliances and, as such, it is only structural because it is part of people's subjective-identity formation and vice-versa. The article seeks to consider what puts the subject and the structure in continuity or conflict. In this direction, the struggle against racism is structural and identitary, it is for democracy and the right to have a psychic life free from the traumatic effects of domination.

¹ Psicóloga e doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP (LAPSO – IPUSP) e professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-1487-3473>; *E-mail:* erigby@uol.com.br

Keywords: domination, racism, whiteness, unconscious alliances, bonds.

VÍNCULOS, GRUPOS Y REDES A FAVOR DE LA VIDA O EN EL PACTO RACISTA POR LA PRODUCCIÓN DE LA MUERTE

Resumen: Este artículo está basado en los escritos de René Kaës y Pierre Benghozi, teóricos del psicoanálisis de vínculos. Se pretende pensar en el racismo en dos vertientes: considerar operaciones subjetivas, inter y transubjetivas relacionadas con cómo a veces los negros se defienden psicosocialmente de los efectos del racismo y abordar el tema de la blanquitud, de las redes intersubjetivas creadas para el privilegio blanco y por la vergüenza, humillación o destrucción de la persona negra. El racismo se aborda como un meta-encuadre resultante de alianzas inconscientes o conscientes y, como tal, es solo estructural porque es parte de la constitución de la identidad subjetiva de las personas y vice-versa. El artículo busca considerar qué pone al sujeto y la estructura en continuidad o conflicto. En este sentido, la lucha contra el racismo es estructural e identitaria, es por la democracia y el derecho a tener una vida psíquica libre de los efectos traumáticos de la dominación.

Palabras clave: dominación, racismo, blanquitud, alianzas inconscientes, vínculos.

LIENS, GROUPES ET RÉSEAUX EN FAVEUR DE LA VIE OU DANS LE PACTE RACISTE POUR LA PRODUCTION DE LA MORT

Resumé: Cet article est basé sur les écrits de René Kaës et Pierre Benghozi, théoriciens de la psychanalyse des liens. Il vise à concevoir le racisme sous deux aspects: considérer les opérations subjectives, inter et transubjectives liées à la façon dont parfois les noirs se défendent psychiquement et socialement des effets du racisme et traite le thème de la blancheur (de la supériorité blanche), des réseaux intersubjectifs créés pour le privilège blanc et pour l'embarras, l'humiliation ou la destruction de la personne noire. Le racisme est abordé comme un méta-cadre résultant d'alliances inconscientes ou conscientes et, en tant que tel, il n'est que structurel parce qu'il fait partie de la constitution de l'identité subjective des gens et réciproquement. L'article cherche à réfléchir à ce qui met le sujet et la structure en continuité ou en conflit. En ce sens, la lutte contre le racisme est structurelle et identitaire, elle est pour la démocratie et le droit d'avoir une vie psychique libre des effets traumatiques de la domination.

Mots clés: domination, racisme, blancheur (supériorité blanche), alliances inconscientes, liens.

Não são poucas as produções teórico-epistemológicas sobre redes, grupos e vínculos. Como é notório, estes temas têm sido pensados em diferentes campos de saber das ciências humanas e sociais. Farei uma escolha: abordá-los-ei tendo como base um



campo de saber específico, o da psicanálise dos processos grupais ou psicanálise dos vínculos. Não fiz essa escolha por acaso, pois, como o nome já sugere, essa é uma área de saber que, do ponto de vista epistemológico, já se funda a partir da noção de vínculo. Trata-se de uma psicanálise que versa sobre as dimensões das relações inter, intra e transsubjetivas,² da cultura, do social, da política.

Alicerçada nesta linha de pensamento, apoiar-me-ei principalmente no pensamento de dois teóricos, são eles: René Kaës e Pierre Benghozi. Para tanto, sequencialmente, tratarei com maior ou menor aprofundamento os conceitos de identificação, grupo, vínculo, alianças inconscientes e conscientes e, por fim, o de rede. Em algumas passagens, mais no final do artigo, utilizarei exemplos para ilustrar um ou outro conceito. Quando estiver a me deter sobre o conceito de rede, farei menção àquelas constituídas e destinadas para a destruição do outro e acerca daquelas fundadas e sustentadas em prol da democracia, da justiça, da vida.

Terei como lastro este que é um constructo teórico de origem francesa. No entanto, e ainda que eu seja defensora de epistemologias negras e feministas, os escritos desses autores podem ser utilizados a favor da luta antirracista, antissexista, anticlassista e contra qualquer outra modalidade de dominação.

Sabemos que racismo, sexismo e classismo são estratégias de dominação interseccionadas (Crenshaw, 2002), ou seja, uma conforma e informa a outra, uma está inscrita dentro da outra, é constituída pela outra e o reconhecimento de que a dominação, ao privilegiar alguns e ao golpear outros, privilegia e fere não por uma característica ou por outra, mas pela integralidade: avilta-a por ser negra e pobre ao mesmo tempo; privilegia-o por ser homem e branco ao mesmo tempo etc. Contudo, por questões didáticas, este artigo foi elaborado tendo como direção pensar principalmente o racismo. Especialmente, decidi me debruçar sobre dois aspectos da dominação racial, um atinente a pessoas negras e outro a pessoas brancas.

O primeiro diz respeito a considerar operações subjetivas, inter e transsubjetivas relacionadas a como, por vezes, pessoas negras em suas vinculações familiares e comunitárias se defendem psiquicamente de efeitos traumáticos do racismo. Nesse caso,

² O prefixo *trans* designa o que ocorre *através* dos sujeitos e define uma constante e uma continuidade. Logo, transsubjetivo sinaliza uma continuidade, uma transmissão contínua entre as gerações (Kaës, 2011).



amparo-me em experiências que tive ao longo do desenvolvimento do meu doutorado em um quilombo localizado no interior do estado de São de Paulo (COSTA, 2012). Trata-se de uma comunidade que, auxiliada por setores da pastoral da terra da Igreja Católica, entre outros, lutou e conquistou a titulação de suas terras-território quilombolas. Logo, o processo de titulação envolveu aquilo que, aqui, chamarei de rede de cossustentação pela vida.

Escolhi também trazer à baila discussões dessa comunidade porque nela há habitantes que nunca saíram de lá ou das redondezas. Mais do que isso, nela há pessoas que não estão cotidianamente acostumadas a tratar a temática racial. Nesse sentido, quero ressaltar que, a despeito de já haver no Brasil mobilização significativa em torno da luta antirracista, ela não necessariamente ocorre com a mesma força e na mesma temporalidade que acontece em centros urbanos brasileiros, nos quais há movimentos negros pioneiros na defesa da igualdade racial.³ Isso não significa dizer que os moradores de lá estejam alheios ao debate contra o racismo, no entanto, ele não é o mesmo feito por militantes urbanos, pesquisadores ou estudantes universitários, pois há diferenças de acesso à informação e nos modos de vida.

Da mesma forma, não estou a comparar os processos que ocorreram neste quilombo com outros. De toda maneira, entendo que conteúdos que me foram revelados por eles são emblemáticos da temática racial e podem subsidiar discussões para além daquele território.

Ademais, foi no meu convívio de cinco anos com os moradores do quilombo em questão que, por exemplo, compreendi sentidos muito específicos sobre a noção de moreno - uma acepção usada por eles não como negação da negritude, mas como expressão de proteção e cuidado. Evidentemente, não estou aqui a advogar pelo uso desse termo, mas há lacunas entre o que apregoa o Movimento Negro e aquilo que pessoas comuns nas suas interações sociais pensam. Além disso, em uma sociedade racista como a brasileira, não usar termos como preto e negro pode ser fruto de expressivo trabalho psíquico. Discorrerei sobre este ponto mais adiante.

³ Importa ressaltar que o Movimento Negro tem sido o principal protagonista no processo de conscientização das pessoas sobre o racismo e acerca da defesa da igualdade racial.



Aproveito o ensejo para mencionar que reconheço que são muitos os movimentos negros, porém, para além da pluralidade e das singularidades que há em cada um deles, todos têm algo em comum: buscam dismantelar o racismo, são, pois, contra hegemônicos. Esse aspecto comum a todos é o que me dá lastro para continuar a escrever Movimento Negro sem pluralizá-lo.

O segundo aspecto sobre o racismo que tratarei compreende a temática da branquitude e das redes intersubjetivas criadas para a morte.

Apoiada nos estudos de Ruth Frankenberg, Lia Vainer Schucman (2012) destaca que branquitude concerne ao lugar estrutural de vantagem a partir do qual a pessoa branca concebe o mundo, o outro e a si mesma. Nessa direção, abordarei a branquitude como uma ideia falaciosa de superioridade branca criada, mantida e sustentada inconsciente ou conscientemente por pessoas brancas⁴ voltadas para o seu próprio benefício e, muitas vezes, para o constrangimento, a manipulação, a dominação, a humilhação, a destruição da pessoa negra. Nesse sentido, só há desigualdade estrutural de cunho racial porque há branquitude. E o que vem antes? A branquitude, que, além de ser resultante do amor a si próprio e /ou do ímpeto pela destruição é também, e segundo autores como Priscila Silva (2015), fruto do colonialismo.

Falar da branquitude é, portanto, outra forma de discorrer sobre o racismo, só que a partir dos privilégios dos dominadores, mesmo que não saibam ou não queiram ser opressores, ou ainda que saibam e que queiram assim ser.

Refletir sobre a dominação racial requer, pois, versar sobre esse lugar histórico-social, político-ideológico, identitário-subjetivo-intersubjetivo que posiciona as pessoas brancas em vantagem em todos os âmbitos da vida, por isso, e como já apontado à exaustão (por exemplo, por BENTO, 2002; CARDOSO, 2008; SOVIK, 2009, SCHUCMAN, 2012; SILVA, 2015), trata-se de um lugar estrutural de privilégio.

Esses fenômenos são, ao mesmo tempo, sociológicos e psicológicos, e ocorrem por meio dos vínculos estabelecidos entre os sujeitos. Isso posto, aqui cabe uma primeira

⁴ Por vezes ou muitas vezes, essa noção de superioridade branca conta com o consentimento de pessoas negras oprimidas pelo racismo, portanto, apoia-se no funcionamento psicossocial de pessoas que, violentadas pelo racismo, não conseguem desenvolver a devida consciência crítica contra ele. Esse aspecto é relevante porque, se não houvesse a figura do “capitão do mato”, se não existissem as máscaras brancas e os processos de embranquecimento (Fanon, 1952/2008), a ideologia racista não teria conseguido alastrar-se tanto. Sobre esse assunto, ver também nota de rodapé 8.



conceituação sobre identificação, já que, na perspectiva psicanalítica, ela refere-se a um dos processos psíquicos que estão na base da constituição de todo vínculo.

Com base nos postulados de Freud (1921/1996), parto do princípio de que, para que sejam constituídos vínculos, os sujeitos, inconsciente ou conscientemente, identificam-se com um ou outro sujeito, com um ou outro traço desses sujeitos, com um ou outro discurso deles etc., todavia, e de acordo com Kaës (1993), para a constituição da vida psíquica e social, não basta apenas nos identificarmos com algo ou alguém, a esse processo psíquico acresce-se outro, o da pactuação. Para compreendermos este conceito, é preciso considerar que, para Kaës (1993, 2011), o grupo é um dos lugares de formação do inconsciente. Isso significa que, para esse autor, o sujeito do inconsciente é simultaneamente sujeito:

- (a) **de grupos** como os da família, de aprendizagem, dos pares, do casal, de trabalho;
- (b) **de grupos intrapsíquicos**, pois as formações e os processos intrapsíquicos relativos à imagem do corpo, às fantasias originárias, aos sistemas de relações de objeto, às redes de identificações, aos complexos edipianos e fraternos, às imagos, às instâncias do aparelho psíquico etc. constituem-se como grupo, uma vez que estão dinamicamente vinculados entre si. Como tal, associam-se/desassociam-se, ligam-se/separam-se, sob o efeito dos movimentos pulsionais, do recalque e de outros mecanismos inconscientes que têm como função tirar da consciência conteúdos indesejáveis. Portanto, o grupo intrapsíquico é uma organização da matéria psíquica, não diz respeito à simples projeção ou introjeção direta e sem transformação dos grupos intersubjetivos. Refere-se “à forma e aos processos que ocupam o grupo no espaço da realidade psíquica interna, cuja organização intrapsíquica caracteriza-se pelas ligações mútuas entre seus elementos constitutivos e pelas funções que cumpre no aparelho psíquico” (KAËS, 1993, p. 20).⁵
- (c) **do aparelho psíquico grupal**, isto é, do que liga o sujeito ao grupo e ao grupo intrapsíquico, é o caso das alianças inconscientes.

Kaës construiu o modelo do aparelho psíquico grupal para compreender, principalmente, os grupos e suas relações com os grupos intrapsíquicos. Nessa concepção, grupo designa a forma e a estrutura de uma organização de vínculos intersubjetivos, no

⁵ Essa e outras traduções de citações de Kaës foram livremente feitas por mim.



sentido de que as relações entre vários sujeitos produzem formações e processos psíquicos inconscientes específicos, que cumprem funções e realizam transformações entre os sujeitos vinculares.

Esse teórico destacou duas séries de organizadores (socioculturais e inconscientes), que, do ponto de vista inconsciente, tornam possível, sustentam e organizam o processo de aparelhagem psíquica entre dois ou mais sujeitos; um deles é de matéria sociocultural e o outro é inconsciente.

Os *organizadores socioculturais* referem-se a elementos construídos socialmente por meio do trabalho da cultura e dos quais os mitos e as ideologias são dois de seus representantes. Esses organizadores fornecem modelos normativos para os organizadores psíquicos inconscientes, constituem suporte para a construção de uma origem para o grupo, bem como para a sua identificação como grupo diferente de outros. Por assim dizer, organizadores socioculturais determinam parte da constituição do grupo, são metaenquadres deste. Da mesma forma que a estrutura grupal “preexiste aos sujeitos e, ao mesmo tempo, só existe por eles e para eles” (KAËS, 2011).

Metaenquadres são os modelos, as regras e normas sociais, jurídicas, políticas, culturais, religiosas, ideológicas, entre outras, pouco ou nada variáveis. Eles regem a todos e dão o alicerce para o estabelecimento dos enquadres das organizações, dos pequenos grupos, das famílias, dos casais e do sujeito (KAËS, 2010). Assim sendo, o enquadre da família – as regras familiares – funciona como metaenquadre para o casal e para o sujeito singular. O enquadre de uma organização funciona como metaenquadre para os pequenos grupos nela alocados. Os enquadres amplos – políticos, jurídicos etc. – operam como metaenquadre para todos, nas organizações, nas comunidades, nas famílias, na vida particular do sujeito (COSTA, 2012, 2015).

Essas constantes guiam-nos psíquica e socialmente, até mesmo quando se trata da tentativa de mudá-las, rompê-las e superá-las. Sem algumas delas, viveríamos num mundo sem sentido, tomado por angústias e ansiedades – por aquilo que Bleger (1988) conceituou como sincrético. Todavia, conservar insistentemente aquelas que deveriam ser desmanteladas indica um *antiproceto*, uma tentativa de perpetuação de uma mesma configuração e uma tendência à estereotipia. Esse fenômeno ocorre com frequência em

situações nas quais a sociedade separa o que é tido como normal do anormal, como no caso do racismo (COSTA, 2015).⁶

Dessa maneira, organizadores socioculturais e ideológicos como o racismo, o classismo e o sexismo metaenquadram as instituições, os grupos, os sujeitos singulares (COSTA, 2015) e, como tal, só existem porque foram criados por eles, para eles e contra muitos. Este é um outro jeito de dizer que:

- As modalidades de dominação como o racismo, o sexismo e o classismo são estruturais e só assim são porque são parte da constituição subjetiva-identitária das pessoas.⁷ Logo, os enunciados ideológicos tornam-se matéria de operações psíquicas das pessoas.
- Os vínculos e os lugares psicossociais são arranjados a partir desses e de outros enunciados – o que nem por isso significa dizer que um determinado metaenquadre seja bom ou pertinente para todos os envolvidos;
- Como tal, a dominação demanda trabalho psíquico. De um lado, por atender a desejos inconscientes ou conscientes, convoca aqueles que se alinham à dominação e que são por ela beneficiados (subjetiva, histórica e cotidianamente) a desenvolverem operações subjetivas e coletivas para a sua perpetuação. De outro lado, impele os oprimidos a se defenderem contra ela.
- Logo, racismo e as demais modalidades de dominação estão, simultaneamente, fora e dentro do sujeito. Estão na dimensão macroestrutural (na ideologia, na cultura, na economia...) e na subjetividade, por isso mesmo não é simples desconstruí-los, pois são garantidos pela estrutura tanto quanto por sujeitos em suas interações sociais.
- Portanto, não basta dizer que o racismo é estrutural nem mesmo pensá-lo apenas na ótica dos efeitos psíquicos. É preciso considerar o “e”, o que liga e separa / o que põe em continuidade ou em conflito o sujeito e a estrutura. Assim sendo,

⁶ Para mais detalhes sobre o conceito de metaenquadre, ler o conceito de enquadre em Bleger (1988).

⁷ Segundo Bleger (1988, p. 313), “a identidade é sempre – total ou parcialmente – grupal ou institucional, isto é: pelo menos uma parte da identidade é sempre configurada pela pertinência a um grupo, uma instituição, uma ideologia, um partido, etc”.



mudanças estruturais exigem transformações subjetivas e intersubjetivas e vice-versa.

- Nessa direção, a luta contra a dominação é estrutural e identitária. É uma luta contra hegemônica, contra as desigualdades estruturais, que é também identitária. É uma luta pela democracia, pelo direito de se ter vida justa e digna, o que, evidentemente, produz efeitos subjetivos, não apenas no tocante ao direito de ser identitariamente diferente, mas ao direito de se ter vida psíquica livre dos efeitos traumáticos da dominação.
- As temporalidades dos sujeitos não são idênticas. Não por acaso, de um lado, ainda vivemos em um contexto no qual precisamos denunciar a dominação e, por outro lado, também presenciamos situações nas quais a luta contra a dominação conta com a presença de pessoas de diferentes raças, classes e gêneros fortemente conscientes sobre os efeitos nefastos da dominação.

Por tudo isso, para além dos organizadores socioculturais, precisamos também compreender os *organizadores inconscientes*, os quais, segundo Kaës (2011), podem ser, por exemplo, uma fantasia comum delineada entre os membros de um grupo, uma identificação, um medo ou um desejo comum, existentes entre os sujeitos do grupo. Estes são (ou podem ser) componentes da matéria de realidade psíquica do grupo.

Logo, se os sujeitos, os pares, as famílias, os grupos e as instituições são determinados por organizadores amplos – sociais, políticos, ideológicos etc. – o são também, no âmbito inconsciente, pelos arranjos inconscientes que os sujeitos vinculares/do grupo traçam.

A matéria da realidade psíquica do grupo é constituída pela leitura singular que os sujeitos no grupo fazem desses organizadores amplos (metaenquadres) e pelos arranjos inconscientes próprios de cada um dos sujeitos daquele coletivo. Ela constitui psicologicamente seus membros e se constitui a partir da psique deles.

Do ponto de vista dinâmico, os grupos funcionam como entidades autônomas, ou possuem autonomia relativa. Não se equivalem nem aos construtos amplos e não podem ser reduzidos às produções psíquicas de seus membros. Suas formações e processos “regem-se por uma lógica de determinação e por instâncias próprias do grupo.



Uma variante dessa proposição é que o grupo é um lugar de uma realidade psíquica que só se produz em grupo” (KAËS, 1993, p. 99).

De toda maneira, há relações de fundação recíprocas entre o grupo e o grupo intrapsíquico, entre esses dois espaços psíquicos heterogêneos e descontínuos. Na proposição do autor, e numa tentativa de melhor qualificar o que conceituou como *aparelho psíquico grupal*, os processos e formações psíquicos que articulam e que tornam possíveis esses dois espaços e que, portanto, ligam os sujeitos no grupo, formam-se e manifestam-se principalmente no espaço grupal e são conjuntamente produzidos e regidos pela lógica das instâncias individuais. Nas palavras do autor: as formações da grupalidade intrapsíquica “são transformadas, dispostas e reorganizadas segundo a lógica do grupo. Isto é, o próprio grupo impõe exigências de trabalho psíquico guiadas por sua organização, sua manutenção, sua lógica própria” (KAËS, 1993, p. 105).

O conceito de *aparelho psíquico grupal* busca, pois, explicar os trabalhos de ligação, de transformação e de diferenciação das partes do aparelho psíquico individual, mobilizados na construção da realidade psíquica do grupo. Para o autor, há uma estruturação recíproca do aparelho psíquico individual e do aparelho psíquico grupal (KAËS, 2002).

Dizer que o sujeito do inconsciente é sujeito do grupo significa, assim, que ele é sujeito da e na intersubjetividade. Esta se define pela estrutura dinâmica compartilhada entre os sujeitos vinculares, pelas produções e formações psíquicas comuns e partilhadas por eles, que, entre outros, compreende fantasias, desejos, ideais sociais, negações, interdições, identificações, acordos, alianças comuns e partilhados. Logo, esta concepção de intersubjetividade não diz respeito ao estabelecimento de relações empáticas ou “bem-sucedidas”. Ela é definida por aquilo que forma, sustenta, modula, liga, põe em acordo ou em conflito as partes da psique individual mobilizadas inconscientemente para a constituição do grupo.

O espaço originário da intersubjetividade é o grupo familiar, e diz respeito às correlações dos sujeitos em suas relações imaginárias, simbólicas e reais. Nessa direção, o vínculo intersubjetivo se constrói a partir do intervalo, da descontinuidade que há entre um e outros sujeitos: a partir do negativo. Esse negativo – o espaço, a intermitência, o não conhecido que há entre os sujeitos – é o outro fundamento de todo vínculo psíquico.



O vínculo diz respeito, assim, ao encontro entre sujeitos distintos, que possuem realidades psíquicas de matéria inconsciente própria. É por meio do vínculo intersubjetivo que os discursos, os sonhos, os desejos, as repressões, os medos etc. dos grupos dos quais o sujeito faz parte lhe são transmitidos. Essa transmissão psíquica ocorre diacronicamente, entre a escala das várias gerações, bem como sincronicamente entre os sujeitos que formam o casal, a família, o grupo, a instituição. Sendo assim, o sujeito psíquico é fruto do que lhe precede e do acontecer aqui e agora. O que lhe antecede, ao ser transmitido, torna-se para ele contemporâneo (KAËS, 1993).

Sobre o fato de o sujeito singular ser sujeito da herança, esse autor postulou que ele é o elo, o servidor, o herdeiro e o beneficiário da cadeia intersubjetiva que lhe precede. “Sobre essa cadeia vêm apoiar-se mais de uma formação de sua psique; em sua rede circula, se transmite e se produz matéria psíquica, formações comuns ao sujeito singular e aos conjuntos de que ele é parte constituinte e parte constituída” (KAËS, 2001, p. 12). Inclusive, é o herdeiro das catástrofes políticas e sociais, dos lutos infligidos pela guerra e das violentas mutações sofridas pela civilização (KAËS, 2001).

Isso significa que, primeiramente, o sujeito é grupo, é um *intersubjetivo* e que, portanto, “não nos é dado escolher não ser incluído no agrupamento, assim como não nos é dado escolher ter ou não ter um corpo: é assim que vimos ao mundo, pelo corpo e pelo grupo, e o mundo é corpo e grupo” (KAËS, 2001, p. 13). A genealogia da psique encontra-se justamente nesse duplo apoio do qual não se tem governabilidade inicial. Como apontou, por apoio, identificação, incorporação, pela via do recalçamento, entre outros, os sujeitos herdam aspectos de seus antepassados, inclusive os ideológicos, assim como os desejos não realizados, os segredos e o incógnito.

De acordo com Kaës (2001), a transmissão psíquica de uma geração a outra se organiza a partir da figura do negativo. Este é um conceito polissêmico, que pode ser entendido como lacuna, mas também como o que falha e falta, o que não foi simbolizado (por excesso ou por falta de sentido) e permanece em estado bruto e enigmático, o que é ausência de inscrição e representação psíquica, o que é vazio, segredo, incógnito, ou zona de silêncio.

Segundo Benghozi (2010), o negativo é o material psíquico presente-ausente da família ou do grupo, e é anterior a uma representação. “Isso supõe um trabalho de

transformação psíquica para ser revelado, isto é, de elaboração, de metabolização, de representação, de simbolização” (BENGHOZI, 2010, p. 12).

O negativo corresponde a algo que está fora do alcance consciente dos sujeitos do vínculo. A operação de expulsão do material psíquico do consciente ocorre na dimensão intrapsíquica dos sujeitos singulares, mas, para que o recalque se efetive, o que foi retirado do âmbito consciente tem de ser garantido por todos os envolvidos. Trata-se de trabalho correcalcante. A figura do negativo opera, assim, na constituição e na manutenção do recalque para benefício do sujeito e do grupo. É ela – a figura do negativo – que fundamenta o vínculo intersubjetivo (FERNANDES, 2005).

O negativo assume a condição de legado porque, sob o efeito de um imperativo psíquico irrefreável e numa tentativa de dar continuidade à vida psíquica, há no sujeito psíquico o impulso de transferir inconscientemente para o outro o que não pôde ser apenas abrigado nele. Entretanto, o negativo transmitido pode permanecer velado, fora do alcance consciente dos sujeitos em questão, por meio de operações que envolvem especialmente o recalque. Assim sendo, “nada pode ser abolido sem que apareça, algumas gerações depois, como enigma, como impensado: isto é, como o próprio signo daquilo que não pôde ser transmitido na ordem simbólica” (KAËS, 2005, p. 130).

Kaës (1993) assinalou que, para dar continuidade à tarefa de sustentar a vida psíquica, o negativo é matéria de *alianças inconscientes* entre os sujeitos vinculares. Ao que concerne às alianças inconscientes, destacou que elas estão presentes na vida do sujeito vincular desde o princípio. Elas dão forma e sustentação aos processos de identificação. Dito de outro modo, para que sejam constituídos vínculos, os sujeitos eletivamente se identificam e se aliam. Esta é uma das funções das alianças inconscientes contratadas entre os sujeitos. Há alianças conscientemente acordadas, mas é possível considerar que elas são alicerçadas em alianças inconscientes.

As alianças inconscientes produzem e mantêm o próprio inconsciente (Kaës, 2002). Trata-se de uma formação psíquica inconsciente intersubjetiva estabelecida para reforçar em cada um dos envolvidos algum benefício, o qual os obriga a manter a ligação. Logo, a “aliança se forma de tal modo que o vínculo assume para cada um desses sujeitos um valor psíquico decisivo. O conjunto assim ligado (o grupo, a família, o casal) deriva sua realidade psíquica das alianças...” (KAËS, 2011, p. 199).



Como o nome cunha, as alianças não pertencem ao sujeito singular nem ao seu agrupamento, mas ao vínculo que se constitui. Elas operam o trabalho de ligação e sustentação da aparelhagem dos psiquismos nos conjuntos intersubjetivos: são formações psíquicas intermediárias, bifases. Seus efeitos vão além das circunstâncias, do momento e dos sujeitos que primeiramente as moldaram, pois são pontes de ligação entre as psiques e possibilitam a transmissão psíquica entre gerações e entre os contemporâneos. Elas determinam as modalidades do vínculo entre os sujeitos.

Posto isso, para pensarmos como opera subjetiva, intersubjetiva e transsubjetivamente o racismo (entre outras modalidades de dominação) destaco quatro modalidades de alianças. São elas: o pacto denegativo, o contrato narcísico, o pacto narcísico e as alianças ofensivas psicopáticas.

Para este artigo, as duas primeiras darão lastro para pensarmos em efeitos do racismo para a população vítima do golpe, a negra. As duas últimas darão base para sinalizarmos como o racismo é operado inconsciente ou conscientemente pela população opressora.⁸

O **pacto denegativo** é uma aliança inconsciente defensiva, além de organizadora do vínculo. Assim o é porque possibilita que os grupos organizem-se positivamente quanto a investimentos, identificações, comunidades de ideais, de crenças, de desejos comuns toleráveis para seus membros; mas, por outro lado, é defensiva porque esses mesmos grupos organizam-se defensivamente a partir de renúncias, rejeições, sacrifícios e, quiçá, ilusões (Kaës, 1993). O pacto denegativo “cria o não significável, o não transformável, zonas de silêncio, bolsas de intoxicação que mantêm os sujeitos de um vínculo estranhos a sua própria história e à história dos outros” (KAËS, 2011, p. 204).

⁸ Isso não quer dizer que apenas pessoas vítimas da opressão social tracem alianças defensivas nem mesmo que elas não acordariam pactos de destruição. Essas modalidades de pactuação são possíveis para todas as pessoas. A propósito, os escritos de Kaës não são sobre dominação, ainda que eu me alicerce neles para pensá-la. Nesse sentido, se, neste artigo, pactos narcísicos e alianças psicopáticas serão retratadas como alianças delineadas entre pessoas brancas para criar, modelar e sustentar o racismo/a branquitude e se alianças defensivas serão pensadas especificamente para considerarmos processos defensivos estabelecidos entre pessoas negras, outras modalidades de alianças não serão aqui registradas, ainda que existam. Por exemplo, neste artigo, não farei menção às alianças acordadas entre pessoas brancas e negras que, ao darem conformidade e sustentação ao racismo, beneficiam as pessoas brancas e, por exemplo, promovem processos de embranquecimento em pessoas negras.

Assim sendo, cada vez que um pacto denegativo é desatado, há a possibilidade de ser feita uma descoberta importante para os sujeitos que se viram ligados a ele (KAËS, 2011).

Para ilustrar, apresento um trecho razoavelmente grande de conversa que tive com Juliana, Júlia e Cláudio. As duas são irmãs. São também irmãs de Lina. Cláudio é vizinho e amigo da família. As duas são as filhas mais novas de seu Antônio e dona Ana Lima, sendo que, no nosso primeiro encontro, tinham sete e nove anos, respectivamente.

Diferentemente de outros entrevistados, elas nasceram quando ali já era um quilombo. Na ocasião, elas eram muito unidas. A mais nova, inclusive, comentara que Júlia nasceu só para que ela, Juliana, pudesse existir. Aqui já se esboça uma aliança de união entre elas: uma não existiria sem a outra. Antes do nascimento de Juliana, Júlia e Lina também eram muito apegadas. Lina foi quase uma segunda mãe para ela. Lina é adulta, a mais velha dos filhos.

A conversa foi iniciada quando passeávamos no quilombo, na beira do rio, com Juliana a se referir ao seu “paquerinha”, um moço cujo apelido era Preto. Após essa revelação de Juliana, Júlia, que caminhava à nossa frente, parou de andar para nos dizer que pretos não existem. Enquanto Júlia tornou-se uma defensora da não existência nem de pretos nem de brancos, Juliana tendia a concordar com a irmã, mas, da mesma forma que havia começado a conversa apontando a atração pelo preto, não deixou de considerar a existência de pessoas brancas. Negava, afirmava e negava novamente. Nesse caso, parece-me, para não contrariar o vínculo de união com a irmã, tendeu a concordar com ela.

No pequeno lapso de tempo em que não negou a existência de brancos, os nomes e o endereço das pessoas do quilombo tidas como brancas foram rapidamente identificados, listados por ela e por Cláudio. Porém, o mesmo não aconteceu com os pretos: não era possível localizá-los, nomeá-los, citá-los - era tabu.

Seguem trechos da conversa, que foi iniciada com Juliana já tentando concordar com a irmã, mas ainda titubeante.

Preto não existe, ele é moreno... Eu sou morena. (Juliana)
E eu sou o quê? (Eliane)
Morena. (Juliana)
E a sua irmã? (Eliane)
Morena também. (Juliana)



Nós somos todos iguais? Somos todos morenos iguais? (Eliane)
Tem algum moreno branco, algum moreno mais escuro... Aqui, todo mundo aqui é moreno [...] Não, tem um pouco branco, têm umas branquinhas também. (Juliana) [...]
Lá embaixo tem o Júnior, que é branco. [...] Tem a Fátima que, que nós, ela é mais branca. E aqui em cima também. (Cláudio)
Não é branca, não existe ninguém branco ninguém preto. (Júlia) [...]
Não existe branco. Existe moreno claro. (Juliana)
E o seu pai? (Eliane)
Moreno claro. (Juliana)
E a sua mãe? (Eliane)
Morena clara também. (Juliana)
E a dona Ana? (Eliane)
Morena escura, mas não é escurinha assim não, não é muiiito escura, muito escura, é meio escura assim. (Juliana)
Não tem ninguém aqui muito escuro? (Eliane)
Hum hum, não. (Juliana)
Será que já teve? (Eliane)
Escuro! Ah... tem. (Cláudio)
Quem? (Eliane)
[Riu] nome eu não vou citar, mas tem... Para falar a verdade, é tudo meio igual, quase de uma cor só... De uma cor só, é igual. (Cláudio)

No tocante às características fenotípicas das irmãs, do meu ponto de vista, Júlia e Lina apresentam mais características pretas do que a caçula,⁹ e foi justamente Júlia quem, nessa conversa, inicialmente negou a existência de preto. De toda maneira, elas e todos estão irmanados na cor. Todos são de uma cor só, uns mais claros, outros são “meio escuros”. Todos morenos.

⁹ Do ponto de vista político, compreendo a escolha de não se falar sobre colorismo, já que, muitas vezes, esse tema divide o grupo racial negro e acaba por colaborar com o racismo, com a branquitude. Contudo, por causa deste mesmo racismo, do ponto de vista psicossocial, as variações de tonalidade da cor da pele podem fazer diferença para as pessoas negras em suas interações cotidianas e políticas, mesmo porque, vale lembrar, o racismo no Brasil é fenotípico, assim, quanto mais preta é a pessoa, mais facilmente ela é associada ao africano, ao maléfico, e quanto menos preta ela, há a possibilidade de ela ser passável por não negra, por quase branca. Isso em nada equivale a dizer que, no Brasil, não se sabe quem é negro ou quem é branco – sabemos: a pessoa branca que toma sol não é perseguida pela polícia! Em sua tese de doutorado, Lia Vainer Schucman (2012) também teorizou sobre as diferenças internas que há dentro do grupo racial branco. Elas envolvem, entre outros aspectos, diferenças de tonalidades brancas, sendo que, quanto mais branquíssima é a pessoa, mais privilégios ela tem e, a despeito de, quanto menos branca ela for, ela poder ser desqualificada pela pessoa branca ou branquíssima, ainda assim, ela tem privilégios sobre pessoas negras, notadamente as pobres. *Branco encardido* foi a acepção utilizada pela autora para nomear essa pessoa branca menos branca. Essa temática foi também abordada no artigo por nós escrito e intitulado *Identidades, Identificações e Classificações raciais no Brasil: O pardo branco e o pardo negro e as ações afirmativas* (no prelo). Com isso, quero ressaltar que, se politicamente uma das principais estratégias racistas gestada pelo Estado Brasileiro para embranquecer este país foi o incentivo à migração europeia, não podemos desconsiderar que os processos de miscigenação entre negros e brancos produziram e produzem efeitos psíquicos, sociais e políticos.



Nesse diálogo, parece haver vestígios da ideia do vocábulo “moreno” agregar as diferentes nuances do preto. Aqui, localizar todos na *morenidade* não parece ter sentido hierárquico, de que uns são melhores que outros. Estar nivelado na cor é sinal de que todos são pessoas e iguais. Isso posto, podemos considerar que, para elas, não falar nos extremos – brancos e pretos –, é indício de abolir separações e diferenças internas que desumanizariam.

Para Juliana, que ficou dividida entre concordar com a irmã e timidamente se opor a ela, pretos e brancos existem, são identificáveis e amáveis. Cidinha, que é sua adorável sobrinha, foi por ela considerada branquinha.

Três anos após aquela conversa na beira do rio, em uma conversação com Lina, voltamos àquele diálogo. Perguntei a ela:

Quando você leu a entrevista em que a Júlia e a Juliana diziam que não existiam nem preto nem branco, o que você pensou na hora?

No meu ponto de vista, eu acho que elas também estavam com medo, do lado de separar negro e branco. No meu ponto de vista, ela tava [Juliana] com medo. No meu ponto de vista é isso que passou na cabeça dela, medo de falar que tinha essa uma separação. “Vamos falar que é tudo igual”. Para não ter perigo para ninguém... Porque se ela conseguisse separar e falar que negro é negro e branco é branco, ela poderia estar sendo condenada por ser mais branca e a Júlia sendo protegida ou a Júlia condenada e ela protegida, né? “Não, vou falar que não tem nenhum, é melhor, pelo menos eu garanto o lado da Júlia e o meu também”. Eu acho que ela sentiu medo.

Se todos são iguais, não há separação, não há perigo para ninguém. Júlia e Juliana parecem ter inconscientemente estabelecido um pacto denegativo pela não separação entre elas, para que uma não fosse privilegiada e a outra condenada, seja no caso de Júlia, a mais preta, que, inconscientemente, revelava o medo de ser caçada e escravizada; seja em relação à Juliana, que, por ser mais clara, temia ter de deixar as suas terras, quilombolas. Interessante notar que, nesse caso, por dizer respeito a terras de pretos, ser mais clara não era sinal de segurança, ao contrário. Esses são os medos sobre os quais Lina fez menção.

Além disso, é possível considerar que elas também traçaram uma aliança de defesa em relação aos pais, pois eles também não são “morenos iguais”. Há um espelhamento da situação racial dos pais. Do meu ponto de vista, elas clarearam a mãe e



enegreceram o pai. Júlia e dona Ana Lima são fenotipicamente parecidas; seu Antônio e Juliana também. Na dinâmica familiar, compõem grupos negros com certa gradação de cor. Vivem versões distintas de um mesmo drama, o da separação. É do vínculo familiar que parecem falar, do que garante a existência de um e outro.

Se Júlia nasceu para que Juliana pudesse existir, se a mais escura deu sopro de vida para a menos escura, o que seria desta sem a primeira? Se a menos negra deu suporte para a liberdade da mais velha, como seguir sem ela? Estavam enlaçadas entre si. Igualmente, se havia o receio da menos preta deixar de pertencer ao quilombo, esse receio estendia-se ao seu pai, tanto quando o medo de que a mãe pudesse ser escravizada. Podemos dizer que elas estabeleceram um pacto defensivo para a manutenção da união. Pacto esse também relacionado ao pacto concluído com seus pais. Protegeram os pais e a elas mesmas, e o amor endereçado a eles e a elas.

Nessa pactuação, eram silenciados os terrores relativos ao trauma do escravismo e do racismo, bem como a insegurança sobre a propriedade da terra quilombola. O que redundou em não poder falar para o outro sobre a própria racialidade.

Faz mais de oito anos que essas conversas foram feitas. De lá para cá, muito mudou. Com o tempo, com a segurança que conquistaram de que não perderão suas terras, como a compressão que possuem sobre ser quilombola e sobre dominação, estão mais tranquilas. As caçulas podem se diferenciar uma da outra. Aquele pacto específico pôde ser desfeito.

Sobre o **contrato narcísico**, e a partir da teorização de Piera Aulagnier, Kaës mencionou:

P. Castoriadis-Aulagnier introduziu a noção de contrato narcísico para sustentar que cada sujeito chega simultaneamente ao mundo da vida psíquica, da sociedade e da sucessão das gerações sendo portador de uma missão: assegurar a continuidade do conjunto ao qual ele pertence. Em troca, o conjunto deve investir narcisicamente o novo indivíduo. Esse contrato atribui um lugar determinado no grupo a cada um, lugar que lhe é indicado pelo conjunto das vozes que, antes de cada sujeito, sustentou certo discurso conforme o mito fundador do grupo. Esse discurso inclui os ideais e os valores; ele transmite a cultura e as palavras de certeza do conjunto social. Cada sujeito, de certa maneira, deve retomar esse discurso por sua própria conta. É por meio dele que ele se liga ao ancestral fundador (2011, p. 203).



Dessa forma, o **contrato narcísico** assegura uma origem, desempenha a função de vincular cada sujeito à sua geração e à sua ascendência, garantindo a continuidade entre as gerações. Aulagnier e Kaës, para elucidar tal conceito, retomaram a afirmação feita por Freud de que a criança nasce herdeira dos sonhos e dos desejos não realizados por seus pais.

Esse contrato é originário dos grupos familiares, mas também pode estar presente nos grupos secundários, grupos afiliativos, aos quais os sujeitos filiam-se, como os de amizade e de trabalho. Nos dois casos, o contrato narcísico está a serviço da vida. Cito um exemplo como ilustração.

Dona Paulina disse que genealogicamente as mulheres de sua família escolheram homens mais claros; sua avó, sua mãe e ela fizeram esta escolha. Nunca teve atração por homens mais escuros, quase como se dissesse: “essa é a herança que tenho”, o que novamente nos reporta a Kaës, quando ressaltou que há “uma dupla determinação da vida psíquica do ‘indivíduo’, uma interna e outra externa, ambas provavelmente interdependentes” (KAËS, 2011, p. 26).

Nessa concepção, o sujeito é dentro e fora. É o que tem de particular e também aquilo que o precede. E maneja o que lhe antecede a partir de seu próprio universo psíquico, do que lhe é próprio e privado, e do que é partilhado pelos membros da cadeia de significações à qual pertence.

A partir dessa proposição, podemos considerar que as mulheres da família de dona Paulina têm sido guiadas pela mesma escolha feminina, por homens mais claros que as mulheres. A empreitada de a mulher clarear a família, de “*morená-la*”, está ali há algumas gerações. Conforme mencionou:

Na minha família todos são morenos da cor de Cláudio... Meu marido é mais claro e eu tenho uma menina que é mais clara, que puxou o pai, né, porque o pai é moreno mais claro, que a cor dele no registro marca acho que é moreno, mas é branca, diante de nós é branca, porque a minha cor é parda, que marca no registro é parda, mas ele é mais claro que eu. Minha mãe também era assim. Meu pai também era da cor de meu marido, então nós moreno têm que casar com mais clarinho; eu acho assim, né. ... Uma pessoa mais morena tem que casar com um mais clarinho. Se a mulher é morena, casa com um mais claro... É, pra ficar assim, mais moreninho claro, bem clarinho, não muito escuro, nem muito branco demais, né, eu acho assim que a cor nossa, eu acho legal.



Dona Paulina disse da importância de clarear a família, tarefa que tem permeado sua família por gerações: seu avô, seu pai e seu marido tiveram essa missão. Seus filhos herdaram esse legado. Esses últimos apresentam uma graduação razoável entre o tom de pele mais claro e o não tão escuro. Um entretom em torno da ideia do moreno, sendo o ideal o moreno claro, “*bem clarinho, não muito escuro, nem muito branco demais*”.

Nessa família, parece haver uma valorização amorosa do homem claro e, ao mesmo tempo, uma depreciação do sujeito branco, pois a cor branca também indicaria fraqueza, debilidade.

Em sua família, moreno é categoria intermediária, que liga e separa o claro e o escuro e não os destrói – Cláudio pertence a esse lugar fronteiro, essa ponte entre os polos cromáticos mais ou menos extremos –, é também categoria indicativa do *nós*, do que liga os não brancos: “eu sou moreno, você é morena, minha mãe é morena” (Cláudio). Neste último caso, ela deixa de ser intermediária e passa a ser oposição ao não moreno, ao branco. Logo, nessa situação, o negro é incorporado à ideia de moreno, já o branco não.

Podemos pensar que a afiliação marital dessa família, entre os avós e pais de dona Paulina, entre ela e seu marido, e entre sua filha mais velha e seu marido têm sido uma tentativa de responder ao amor e, ao mesmo tempo, à necessidade de desenegrecer a família, de adequarem-se aos dizeres da ideologia do *morenamento*. Trata-se, possivelmente, de um contrato narcísico inconsciente estabelecido entre eles e em que as mulheres têm de assegurar a continuidade do clareamento da família.

No tocante aos homens dessa família, vale apontar que entre eles a escolha amorosa parece ser mais livre. Há aqueles que namoram mulheres “mais claras”, os que preferem as mais “escuras” e aqueles que namoram ambas. Todavia, parece que “os mais claros” não necessariamente escolhem as mulheres “mais claras”, o que pode reforçar a hipótese de que, entre eles, há uma tarefa voltada para o *morenamento* familiar, e não necessariamente para o branqueamento.

O contrato narcísico, tal como conceituado por Aulagnier, inclui os ideais e os valores socialmente engendrados, tanto quanto pode abarcar o investimento amoroso nos e entre os membros da família (KAËS, 2011).



No caso da família Paulina, esse contrato inconsciente supostamente engloba o amor e o ideal social do *morenamento*. Se assim o for, e tal como na família de seu Antônio, esse contrato concerne à tarefa tacitamente atrelada às marcas racistas, à da transmissão psíquica transgeracional do negativo, do medo da ascendência negra escravizada. Sobre isso, disse-me Aline, filha de dona Paulina:

Porque ninguém queria ser descendente de escravo, porque a pessoa tinha medo de ser descendente de escravo e acontecer o que aconteceu antigamente, acontecer com eles.

Não por acaso, Lúcio, filho de Aline (neto de dona Paulina), certa vez, reclamou com a mãe por ela ter tomado sol e ficado mais “*morena*”. Por sua vez, Aline teimou com uma foto por ela ter enegrecido sua mãe.

Em todo caso, e considerando os efeitos do racismo, é proteção materna querer filhos mais clarinhos. É proteção contra os horrores do escravismo e do racismo, mas não é repulsa aos corpos negros. Num investimento narcísico, dona Paulina e Aline querem amenizar as tormentas dos seus, são mães que cuidam.

Nota-se que o medo presente nesta família também está na família de seu Antônio, no entanto, o modo como cada uma delas tem operado com ele é diferente. De toda maneira, nessas famílias, seja pela palavra seja pelos processos de miscigenação entre mais claros e escuros, o moreno tornou-se a regra.

Ainda em relação à família de dona Paulina, cabe um último apontamento, ele se refere à atração de Pedro em relação à sua filha. Pedro comentou:

Minha mãe é morena clara e meu pai é branco... A primeira mulher era branca, filha de italiana. A segunda também. A Aline, o Lúcio e eu somos pardos. Vai puxando a raça um pouquinho, vai misturando. É bom, né. Toda a vida eu gostei. Ah, uma mulher morena, nossa senhora! Xodó da minha vida!

A atração pela mulher “*morena*” contempla a tarefa de clarear/*morenar* a família, uma vez que também é preciso que um homem mais claro queira a “*morena*”. Lúcio é fruto dessa união que começou com o olhar do pai para a mãe, e que foi alimentada com versos e prosas: “*quando eu namorava a Aline eu fiz um poema para ela de 13 versos, acho. Coisa mais bonita*” (seu Pedro). Aline apaixonou-se.



Se no contrato narcísico há lugar para o amor ao diferente, no **pacto narcísico** não, pois se trata de uma aliança traçada entre iguais, refere-se ao amor pelo igual, por abolir o diferente, ela é alienante. Esse pacto “é resultado de uma atribuição imutável de um local de perfeita coincidência narcísica. É patológico e, em certos casos, mortífero” (KAËS, 2011, p. 203).

Vale destacar que, no Brasil, como se sabe, a pesquisadora Maria Aparecida Bento (2002), sustentada em desenvolvimentos teóricos de Kaës, foi quem trouxe à baila a teorização sobre o pacto narcísico e branquitude.

A propósito, no Brasil, cada vez mais temos presenciado cenas que podem ser pensadas por meio desses conceitos, são situações nas quais pessoas brancas prontamente protegem interesses de pessoas brancas, mesmo quando essas não têm razão, ainda que esses interesses não sejam explicitamente revelados como tal.

Ao protegê-las, resguardam a si mesmas e a seus privilégios materiais e simbólicos, bem como escamoteiam medos,¹⁰ tais como o de perder a proteção subjetiva, intersubjetiva e material dada pela branquitude, pois, se o racismo rebaixa a pessoa negra intelectual, moral, cultural, esteticamente etc., ao ter o lugar de superioridade branca posto em questão, a pessoa branca pode passar a ser questionada em todos esses aspectos.

Pautar a branquitude requer colocar em xeque o próprio processo de neutralização racial das pessoas brancas. Isso é, elas passam a ser vistas como pessoas racializadas: pelo traço branco e pelo o que ele automática e historicamente lhes confere de benesses. O que significa dizer que suas produções intelectuais, culturais, estéticas e

¹⁰ Sobre o medo do sujeito branco como um dos elementos relacionados à sustentação e manutenção da discriminação e do preconceito racial ver autores que pontualmente fizeram menção sobre esse assunto, é o caso de Dante Moreira Leite (2007), ou autores que se detiveram no assunto, é o caso de Frantz Fanon (2008), Célia Azevedo (2004), Maria Aparecida Bento (2002) e Lia Vainer Schucman - disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-que-o-medo-branco-tem-a-dizer-sobre-lugar-de-fala-raca-beyonce-e-cancelamento.shtml> 13/08/2020 (acessado em 05/09/2020). Vale ver também Bleger (1998) e Paulo Endo (2005), que, sem fazerem menção específica ao medo branco, por derivação, ajudam-nos a pensar sobre esse fenômeno. No primeiro caso, por meio do conceito de enquadre, Bleger nos possibilita compreender que romper situações costumeiras pode levar a crises identitárias, ao encontro da pessoa com seu mundo sincrético, com o inominável, com angústias não pensadas, por isso mesmo ela resiste a mudar, pois a mudança poderá possibilitá-la, quiçá, reconhecer que o mal não está fora dela, mas nela própria. Paulo Endo, ao também se reportar à divisão feita psíquica e socialmente entre bem e mal, aponta que as pessoas tidas como do ‘bem’ temem ser contaminadas com a parte estragada da sociedade, por isso insistem em não se misturarem com o diferente, o mal.

seus posicionamentos morais passam a ser vistos não como fruto de mérito, mas como fruto de processos sociais mantidos com base em expulsões.

Por tudo isso, são pessoas que não reconhecem a existência do racismo ou, na impossibilidade de negá-lo, recuam da tarefa de se implicarem como pessoas brancas no debate étnico-racial. Como bem salientou Maria Aparecida Bento (2002), no Brasil, o pacto narcísico relativo à branquitude pode ser ilustrado pelo silenciamento e não implicação das pessoas brancas na discussão e enfrentamento ao racismo, pelos processos discriminatórios que cerceiam as pessoas negras quando estão em espaço de poder, tanto quanto por rebaixar moral, afetiva, econômica e politicamente a pessoa negra.

Logo, o poder da branquitude se expressa por meio de pequenas (ou complexas) técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que produzem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais (SCHUCMAN, 2012).

Isso não significa dizer que não haja pessoas brancas que sejam críticas da branquitude, certamente há: todas aquelas que pensam, estudam, escrevem e se manifestam pública, crítica e persistentemente sobre tal tema. Os estudos contemporâneos da branquitude (como aqueles iniciados por Maria Aparecida Bento) têm possibilitado a emergência de pessoas brancas não atadas à branquitude.

A propósito, e já que retomei escritos de Maria Aparecida Bento (2002), cabe lembrar que a autora, ao teorizar sobre branquitude e pactos narcísicos, destacou que esses pactos não necessariamente envolvem preconceito ou ódio contra a pessoa negra, pois essa aliança inconsciente é, sobretudo, acordada pelas pessoas brancas em torno do amor / proteção por elas, para a manutenção da situação de privilégio.

Nessa perspectiva, enfrentar o racismo/ branquitude exige consciência sobre a desigualdade racial. Exige o que Lia Vainer Schucman enfatizou: que a pessoa se forme e informe sobre o tema.¹¹ Cabe frisar, essa formação não se trata de intelectualização. Ela demanda da pessoa se pensar racialmente, o que requer dizer que ela precisa investigar seu mundo subjetivo, intersubjetivo, seus medos, desejos e fantasmas. Assim é possível desatar pactos alienantes.

¹¹ Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissi_ma/2020/08/o-que-o-medo-branco-tem-a-dizer-sobre-lugar-de-fala-raca-beyonce-e-cancelamento.shtml 13/08/2020 às 8h00. Acessado em 05/09/2020



Diferentemente do pacto narcísico, as **alianças ofensivas** “selam um acordo de um grupo para conduzir um ataque, uma exploração ou exercer uma supremacia”. Elas são expressas, por exemplo, nas gangues, numa equipe de trabalho, de esporte de competição. Segundo explicação de Kaës (2011, p. 204), essas alianças “estabelecem-se com base numa coalizão organizada que tem por intuito um ataque contra um outro ou mais que um outro, a fim de exercer influência sobre ele, dominá-lo ou destruí-lo ...”

Dentro desta modalidade de aliança há as **alianças psicopáticas**. De acordo com seu propositor, Jean-Pierre Pinel, essa aliança exerce-se “em uma destrutividade direcionada a outrem. Estabelece-se uma coalizão mais ou menos aberta e **consciente** entre um (dos) ator(es) e um (dos) cúmplice(s) mudo(s) contra uma vítima que sofre a ação violenta” (PINEL, 2006, p. 402). Esse tipo de aliança diz respeito, portanto, a uma modalidade geral do agir violento, e requer a presença do trio: agressor, testemunha/cúmplice passivo e vítima. Esta “é reduzida ao estatuto de objeto parcial submetido à violência de uma influência totalitária e é negada em sua subjetividade” (PINEL, 2006, p. 402).

O assassinato de Marielle Franco, de George Floyd, de João Pedro, e de tantos outros jovens negros e moradores das periferias brasileiras, o estupro de tantas mulheres negras, o pescoço pisado e a perna quebra de uma mulher negra por um policial de São Paulo, a prisão de Rafael Braga Vieira, a prisão do jovem Luiz Carlos, da Orquestra da Grota de Niterói, a criação e manutenção de garimpos ilegais em territórios indígenas, a não titulação de terras quilombolas ou a ameaça constante de destituição delas... são alguns dos inumeráveis exemplos de racismo mantidos por meio de pactos psicopáticos, muitos dos quais sustentados pelo próprio Estado Brasileiro que tem como forças colaboradoras a polícia e o sistema jurídico brasileiros.¹²

Essas são situações que produzem efeitos psíquicos e sociais catastróficos para a população negra de modo geral, e para as pessoas e famílias mais diretamente golpeadas pela vara da polícia, da justiça, do governo, da branquitude.

¹² Sim, há pessoas negras que assassinam pessoas negras, inclusive policiais. Elas estão a serviço e são cúmplices da branquitude, estão pactuadas a ela e são os nossos capitães do mato. Uma forma de compreendê-las é por meio daquilo que Frantz Fanon (2008) chamou de máscaras brancas, que Neusa Santos Souza nomeou de ideal de branqueamento (1983) ou que José Moura Gonçalves Filho (2004) considerou como sendo contra violência – trata-se de ação violenta realizada por pessoas que também foram demasiadamente violentadas, ou seja, é a violência muitas vezes desajeitada posta em ação pelos oprimidos.



Sem se reportar ao conceito de branquitude, Paulo Endo (2005) nomeia violências como essas como devastadoras. Em sua concepção, e a partir dos desenvolvimentos teóricos de Freud, ressalta que muitas delas envolvem desejos sadomasoquistas. Por serem auto-eróticas, promovem felicidade e bem-estar por meio da destituição corpórea, subjetiva e ética do outro como outro, que é percebido como fonte de conflito ou como sujeito inerte. De um jeito ou de outro, matável.

Como elas atendem a desejos sadomasoquistas de dominação, humilhação e destruição, e como voltam-se para o extermínio de pessoas vistas social e hegemonicamente como sem importância (como a população negra), portanto, como seus assassinatos não causam ônus, essas violências não são simplesmente extirpadas, mesmo porque há uma rede complexa e articulada que gira em torno delas: pessoas, grupos, instituições policiais, políticas, jurídicas, midiáticas... que trabalham pela sua perpetuação.

Uma rede marcada pela ritualização do prazer sadomasoquista, que é experienciado por quem mata, contrata, julga (ou não julga), pelas testemunhas “passivas” dos crimes, pelo público de programas televisivos. Direta ou indiretamente todos esses lucram com o massacre do outro. Trata-se de um entretenimento no qual o nefasto se torna possível e sem consequências.

Paulo Endo concebe essa rede como sendo fruto de pactos eróticos, destrutivos, perversos.¹³ Pactos que retratam um mundo aquém e imune à castração. Considero ser possível alinhar essas ponderações teórico-psicanalíticas feitas por Endo com as de Jean-Pierre Pinel, que, cabe mencionar, é um dos parceiros intelectuais de Kaës. Ao agregá-las, entendo que é crível considerar aqueles que assistem às humilhações impostas ao outro, tido como inerte, como sendo cúmplices, como sendo aqueles que, conforme registrou Pinel, garantem e sustentam os pactos ofensivos psicopáticos.

Como apontou Endo (2005), o uso da violência demonstra que entre o corpo de quem golpeia e o corpo do torturado há uma diferença intransponível. No tocante à polícia, ressaltou que ela promove um deslocamento de sua função pública para uma ação

¹³ Paulo Endo não é filiado ao desenvolvimento teórico de Kaës, no entanto, ambos tecem suas considerações sobre fenômenos da vida psíquica e social a partir da psicanálise freudiana.

privada, uma vez que não basta prender a pessoa, é preciso lucrar e possuir o corpo dela, dessubjetivá-la.

Ao nomear de rede o conjunto interligado de grupos e instituições (como a polícia e a mídia) que orchestra esses pactos mortíferos, Paulo Endo está a pensá-lo como algo que possui estabilidade, afinal, ele existe há longa data, a despeito de haver mudanças de sujeitos que dele participam.

Nesse sentido, essa rede nada mais é do que uma das importantes constantes (enquadres) sustentadoras do racismo, do classismo e do sexismo no Brasil. Ela metaenquadra a vida cotidiana de parte da população brasileira. Não por acaso homens negros temem a polícia brasileira. Mas, se há redes estáveis promotoras de morte, há também aquelas que são constituídas para a produção de vida e da dignidade, a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) pode ser assim lida, já que reúne setores e grupos sociais diferentes (pesquisadoras, pesquisadores, militantes, instituições como o Conselho Federal de Psicologia e universidades, entre outros) para enfrentar o racismo.

Para finalizar este artigo, recorro a Benghozi (2010) para discorrer acerca de outra concepção de rede, que não exclui a anterior, afinal, há muitas possibilidades de agenciamentos e integração de forças. Neste caso, escolhi me reportar à concepção desse autor para ilustrar um tipo de junção de forças voltadas para a cossustentação da vida. Trata-se de uma rede estabelecida para, em situação de dor e conflito, criar saídas criativas que dão ensejo para que o que é da ordem da catástrofe e do trauma seja metabolizado, elaborado.

Segundo Benghozi (2010), uma rede funda-se entre particularidades, afinidades, necessidades, complementaridades em torno de um projeto comum. Ao nomear a rede de “vínculo-rede”, ressalta que ela é viva, é dinâmica, composta por vínculos estabelecidos entre diferentes pessoas, equipes e instituições como suporte para acolher as demandas de uma determinada pessoa ou grupo em um momento específico. Salienta a potencialização de cada um na sua constituição, mesmo porque não se trata de trabalho instrumentalizado, mas de mutualização das competências, o que depende do reconhecimento prévio dos diferentes setores envolvidos.

Por princípio, para ele, a rede não pode ser hierárquica, ela consiste em uma pluralidade de conexões. Ela tem temporalidade particular, é efêmera, pois é criada para responder demandas específicas. Pela transversalidade que a caracteriza, ela permite vincular elementos heterogêneos referentes a lógicas completamente diferentes.

Como ilustração, reporto-me ao processo conflitivo e traumático vivido pela comunidade-campo do meu doutorado, mas que foi finalizado com a titulação de suas terras-território quilombola, o que, e depois de muita labuta, significou produção de vida. Seguem alguns dados desse processo. O relato se inicia com dona Ana a contar sobre o impacto danoso da política ambientalista na vida daquela comunidade, cujo efeito foi racista.

Aí o Meio Ambiente é que atacou mesmo, chegaram os guardas da Florestal e toda semana eles vinham. A gente tava bem sossegado, quando via, vinham uns quatro ou cinco, chegavam e queriam saber de tudo do que a gente vivia, como a gente comprava a comida pra comer. Nós explicávamos que plantávamos. Mas não estava bom, na verdade, eles queriam saber se a gente era “cortador” [se retiravam algum bem da mata para vender]... E eles foram atacando... A gente foi criado com medo de fazer roça, nós que morávamos aqui. Moramos até agora, ficávamos com aquele medo: quando eles não vinham por trás, vinham por cima. E o helicóptero está passando, passava baixinho. A gente via que eram eles... A gente foi ficando com aquele medo. Teve uma vez que a gente tinha cortado o arroz, nós estávamos batendo o arroz, já tinha colhido e tudo, já estávamos batendo. Aí, eu estava no meio da roça, eu e meu marido, eu batendo, moendo o arroz, quando vimos, chegaram cinco. Eles chegaram e perguntaram para o meu marido quanto tempo tínhamos derrubado. “Escuta, o senhor não sabe que não pode roçar aqui, essa derrubada não poderia ser feita”. Meu marido disse: “mas não tem jeito, a gente vivi disso!” “Mas a gente vai fazer uma multa para você”. Depois da roça já colhida, já estava tudo cortado, estávamos batendo, depois de tudo isso, eles falaram que iam multar. “Multa?” É claro, a gente se assustou. (dona Ana Lima)

Viviam apavorados com essa constante vigilância. Por trás ou por cima, a qualquer hora poderiam ser punidos, desterrados, invalidados e invadidos. Além da ameaça de multa, por morarem em área de proteção ambiental, parte significativa das terras daquela comunidade seria incorporada pelo Parque Estadual da região, ou seja, de um jeito ou de outro, eles estavam sendo obrigados a sair de lá.



A ferida que antes já estava aberta e que dava sinal toda vez que faltava comida, que um jagunço ou um estranho apareciam, naquele momento se esgarçara. Diante da lei ambientalista, nos termos *benghozinianos*, a conjuntura tornou-se catastrófica. Evidentemente, a questão não é não defender a preservação ambiental, e sim pensar como se deu esse processo e como ele foi entendido por essa população. Foi nesse contexto que a temática quilombola despontou entre eles, tal como contou dona Ana Lima:

Foi a época que veio essa lei do quilombo. Foi o padre D. e a irmã S., eles foram os primeiros que deram os primeiros passos em nossa comunidade sobre o quilombo. Aí chegaram em um dia e falaram para nós que o parque ia tomar tudo isso daqui, que íamos ficar sem terra, que íamos ficar sem lugar nem para morar nem pra trabalhar e que não poderíamos nem tirar um cipó, nem cortar uma árvore. “Mas como nós vamos sobreviver?” “Vocês terão de sair, aqui tá fechando tudo para o parque. Vocês terão que fazer alguma coisa para salvar suas terras” Falei: “o que nós vamos fazer?” “Vai ter uma reunião lá em tal dia, vocês vão lá para começar a tomar conhecimento, senão vocês vão perder suas terras”. Foi o que nós fizemos. [...] Meu marido foi, a primeira vez foi ele que foi. Ele foi, assistiu a reunião, e passou para nós o que ele ouviu, o que ia acontecer, que aqui teria que formar quilombo senão íamos perder as terras mesmo. Ele falou que estava disposto a formar quilombo para defender as terras, ele falou. Aí teve outra reunião, ele foi de novo, só que falaram: “olha, converse com o pessoal, faça uma reuniãozinha e vê se eles concordam, senão terão que sair da terra, podem até ficar, mas não terão direito a ganhar nada”.

Na década de 1990, quando a política ambientalista local passou a ser acirrada, os moradores de lá foram instruídos pela Pastoral da Terra da Igreja Católica a participar da discussão que estava acontecendo sobre a titulação de terras para os povos quilombolas. Além da presença da Pastoral, contaram também com o trabalho realizado por antropólogos do Ministério Público Federal, que (com base na história de vida daquelas pessoas, assim como de dados bibliográficos, históricos e documentais), confeccionaram o Relatório Técnico Científico que, em 2001, legitimou aquela como sendo uma comunidade quilombola. Nesse relatório, há também registradas ações da Fundação Instituto de Terras de São Paulo, que, conforme territorialidade indicada pelos próprios quilombolas, realizou trabalhos geodésicos e topográficos, visando a discriminação, medição e demarcação da terra.



Trata-se de um vínculo-rede de cossustentação para a produção de vida porque os próprios moradores daquela localidade, amparados em setores diferentes (Igreja, Ministério Público Federal e Fundação ITESP), encontraram no quilombo jurídico a saída para aquela situação violenta que, em parte, se iniciara com a política pública ambiental. Como quilombolas, poderiam continuar vivendo lá e, em condições determinadas, continuar a roçar. Um dos resultados desse processo foi a assunção pelos moradores de lá de uma identidade política nova, a de quilombolas.

As diferentes famílias que vivem neste quilombo estão vinculadas entre si, estabelecem relações de mútuo-apoio em defesa de suas vidas, as quais estão diretamente enredadas às suas terras.

No Brasil, há *terras-territórios* negros espalhados por todos os cantos. São muitos. Há quem diga que são mais de três mil, quem sabe, cerca de cinco mil. Muitas delas estão conectadas entre si, compõem redes de colaboração, as quais, por vezes, têm alcance nacional.

Essas redes representam o encontro ético do belo e do bem, já que a titulação das terras quilombolas refere-se à efetivação de direitos fundamentais, inalienáveis, relacionados ao princípio da dignidade humana. É por meio dessa titulação que se cumpre a função social de preservar a propriedade coletiva de comunidades que muitas vezes estão em situação de vulnerabilidade, bem como é a via para salvaguardar o patrimônio cultural imaterial e pluralizado dos diferentes grupos quilombolas. Assim, a titulação das terras quilombolas, além de ter finalidade pública relevante para todos, representa ação pública antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume: 2004 (Trabalho original publicado em 1987).

BENGHOZI, Pierre. *Malhagem, filiação e afiliação: psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social*. São Paulo: Vetor: 2010.

BENTO, Maria Aparecida. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



BLEGER, Jose. *Simbiose e ambiguidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1988.

CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil* (Período: 1957 - 2007). Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

COSTA, Eliane Silvia Costa. *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombolo do Vale do Ribeira*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *Racismo como metaenquadre*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, Dec. 2015, p.146-163.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, v. 10, n.1, 2002, p.171-188.

ENDO, Paulo César. *A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta: 2005.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator: 2008. (Trabalho original publicado em 1952)

FERNANDES, Maria Inês Assumpção. *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo: 2005.

FREUD, Sigmund. *A Identificação*. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., v. 18, p. 115-120). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1921)

GONÇALVES FILHO, José Moura. *A invisibilidade pública (prefácio)*. In: COSTA, Fernando Braga da, *Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

KAËS, René. *El grupo y el sujeto del grupo: elementos para una teoria psicoanalítica del grupo*. Buenos Aires: Amorrortu Editores: 1993.

_____. *Introdução: O sujeito da herança*. In: KAËS, René, FAIMBERG, Haydée, et. al, *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

_____. *O interesse da psicanálise para considerar a realidade psíquica da instituição*. In: CORREA, Olga B. Ruiz. *Vínculos e instituições: uma escuta psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo: 2005.

_____. *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Edições Loyola: 2011.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP: 2007. (Trabalho original publicado em 1954)

PINEL, Jean-Pierre. *Ensinar e educar em instituições especializadas: abordagem clínica dos vínculos de equipe*. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 23, n. 4, Dec. 2006, p. 399-406.



SILVA, Priscila Elisabete. *Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal: 1983.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano: 2009.

Recebido em: 18/09/2020

Aceito em: 01/10/2020